

FOLHA DE SÃO PAULO
06 OUT 1988

Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda: "A tarefa de administrar a economia vai ser mais difícil com a nova Constituição, mas não impossível. O decreto-lei foi uma forma de legislar inadequada e mal-sucedida em alguns casos. Mas a Constituição criou as medidas provisórias que possibilitarão ao governo agir rapidamente em casos de emergência, para posterior debate com o Congresso."

Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp): "A Constituição, elaborada legítima e democraticamente, é para ser respeitada. Não fazemos coro com aqueles que acreditam que a nova Carta tornará o país inviável. Todavia, ao lado de inegáveis avanços, seu texto contém exageros e retrocesso. Não concordamos, por exemplo, com os dispositivos que fixaram as taxas de juros em 12%; o direito irrestrito de greve e a discriminação anacrônica ao capital estrangeiro."

Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista (UDR): "O pensamento nosso é de que foi um avanço em todos os pontos. Desmistificamos e mostramos que reforma agrária pode ser feita no Brasil — e muito bem-feita — sem que se crie um clima de terrorismo e violência. Em questão dos direitos sociais acho que foi um grande avanço, principalmente no nosso setor onde nós conseguimos obter a equiparação dos direitos dos trabalhadores rurais com os trabalhadores urbanos."

Marcio Thomaz Bastos, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): "A nova Constituição é uma obra desigual mas absolutamente positiva pelos avanços que contém. Há coisas muito boas: direitos individuais, coletivos e sociais, mecanismos de participação popular e instrumentos de garantias de direitos tais como o mandado de segurança coletivo, habeas-data e mandado de injunção."

Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo: "A nova Constituição brasileira representa as ansiedades e vontades da sociedade brasileira através do Congresso Nacional que representa na sua média. Representa aquilo de mais autêntico da vontade da sociedade brasileira."

Plinio Corrêa de Oliveira, presidente do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): "Com a nova Constituição o Brasil dá grande passo rumo à socialização integral. E notadamente no que concerne à desagregação da família e ao miguamento da propriedade individual. Fruto amargo de um "consenso" alcançado entre os constituintes, mas de nenhum modo entre as múltiplas correntes de opinião existentes no país."

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo: "Não gostei. Tira o sentido de competitividade do brasileiro. O Estado continua o pai da nação. Está tudo errado. A proteção vai além do que se poderia imaginar. Afasta o Brasil do cenário internacional. Não vai durar."

José Goldemberg, reitor da Universidade de São Paulo (USP): "A nova Constituição amplia e garante os direitos civis. O capítulo sobre educação é bastante satisfatório uma vez que garante a autonomia das universidades e fundos públicos para o ensino."

Austregésilo Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL): "A Assembléia constituinte, elegendo apenas um Congresso, adquiriu outras prerrogativas e isto tira toda a autenticidade do trabalho realizado."

D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo: "Eu acho que ela deve tornar-se conhecida pelo povo. Seria necessário que se imprimisse milhares de edições populares, de preço acessível à população, porque cada pessoa tem o direito e o dever de possuir um exemplar da Carta Magna. Acho que deveriam formar-se grupos pró-Constituição, com a função de vigiar a execução das leis e normas às bases."

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI): "A meu ver, nunca houve no Brasil um texto constitucional que tivesse tanta colaboração da sociedade. Acredito que o texto definitivo é fruto não só do trabalho dos constituintes como também é resultado de uma ampla consulta à opinião pública nacional."

Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira: "Do ponto de vista da agricultura foi um grande avanço, uma vitória extraordinária, porque conseguimos praticamente todos os nossos objetivos. A propriedade produtiva foi preservada da reforma agrária, o Brasil vai passar a ter uma lei de política agrícola e haverá igualdade de direitos e obrigações entre trabalhadores rurais e urbanos. Foi uma vitória total."

Miguel Reale Júnior, assessor da presidência do Congresso constituinte: "A Constituição é satisfatoriamente inovadora no equilíbrio de poderes, com o fortalecimento do Legislativo necessário à consolidação democrática."

Alysson Paulinelli, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA): "Eu faço algumas objeções no campo econômico. Para se fazer evoluções sociais tem que haver evoluções no campo econômico. É preciso fazer ajustes. Para o setor rural ela cumpriu uma missão importante e desviou tendências radicais."